

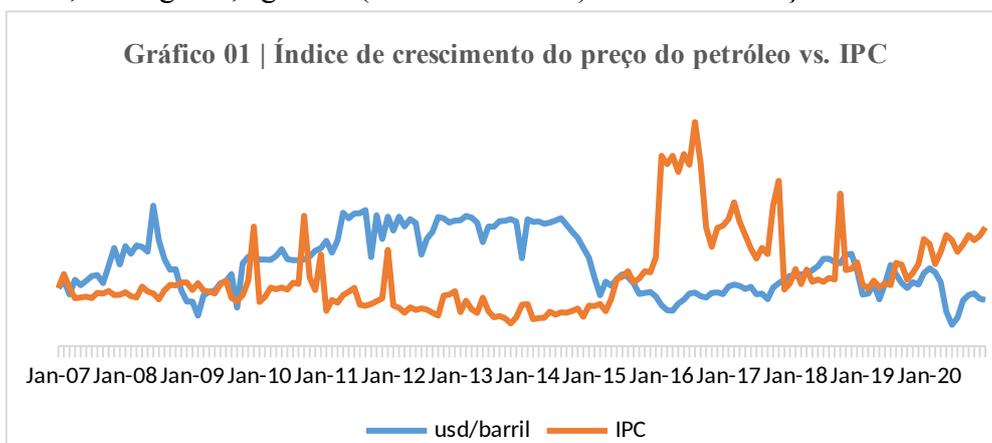
# Editorial 70 - O impacto da taxa BNA sobre o crédito ao sector privado

**Autor: Bernardo Vaz**

O quadro operacional da política monetária de 2018, documento que define os principais instrumentos de política monetária do Banco Nacional de Angola, prevê que, “através da gestão da liquidez excedentária no sistema bancário e da definição da taxa de juro directora, o Banco Central procura influenciar o custo de financiamento dos bancos comerciais, que por sua vez reflete-se nas taxas de juro activas e passivas e, consequentemente, na procura agregada”. Conquanto, tal prerrogativa não tem se reverberado com ênfase na prática quando se observa o impacto da taxa BNA sobre o crédito ao sector privado, retardando, desse modo, a diversificação económica do país. Diante dessa perspectiva, faz-se imperiosa a análise dos fatores que favorecem esse quadro.

Em uma primeira análise, vamos voltar ao básico. A taxa de juro é o preço do dinheiro. E este por sua vez é um meio de troca, também é reserva de valor e unidade de conta, mas é como meio de pagamento que o dinheiro é mais conhecido e utilizado universalmente. Se não há o que trocar – bens e serviços – o dinheiro é inútil. Não importa o quão baixo esteja o seu valor (taxa de juro) em um dado momento, se não há produção, não há necessidade de dinheiro. Daqui resulta uma lição deixada pelos economistas clássicos: “é a oferta que cria a demanda”, a famosa lei de Say, dito de outro modo, é a produção a responsável pelo emprego, comércio e consumo. Nesse sentido, quedas na taxa de juro é uma resposta (sinalização) à melhoria das condições estruturais que tornam o ambiente de negócios propício à actividade comercial. E não uma imposição administrativa, por mais que a inflação esteja a baixar.

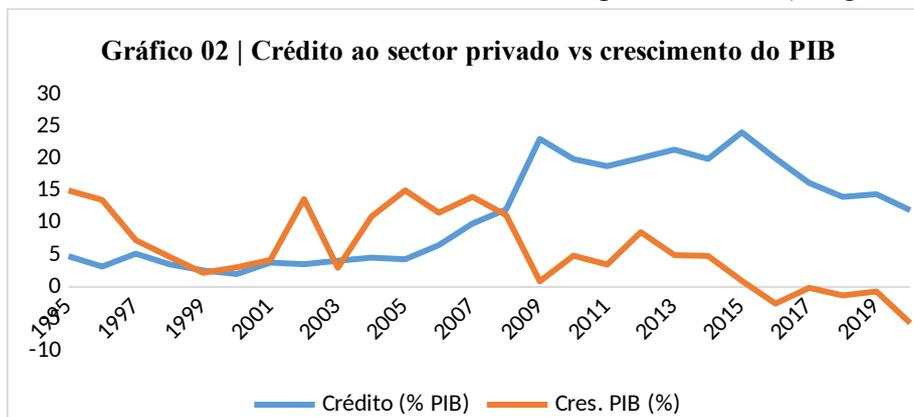
Visto que a inflação em Angola depende da flutuação do preço do petróleo no mercado internacional e não das condições inerente aos elevados custos de produzir internamente, então, mexer na taxa de juro sempre que há uma tendência de baixa na inflação, pode resultar em graves problemas para os agentes económicos (ver gráfico 01). Dada a volatilidade da nossa economia, o melhor é esperar pela sinalização do mercado e, em seguida, agir (o Banco Central) na mesma direção.



Fonte: Elaboração própria (dados INE)

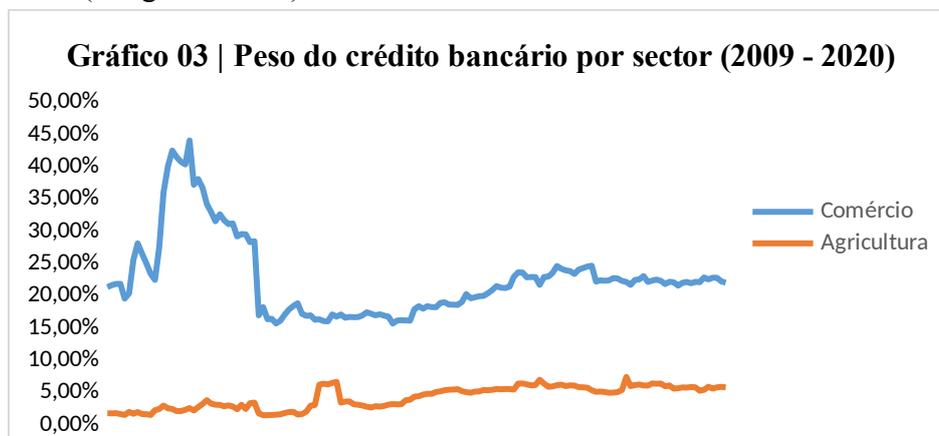
Ademais é fundamental apontar que estimações realizadas com uma amostra de dezesseis trimestres (2019 – 2022) mostrou que a taxa de juro do BNA não explica as

variações que ocorrem na taxa de juro da banca às empresas. O parâmetro estimado não é estatisticamente significativo, não é diferente de zero ou seja, a taxa de juro de referência não influencia a taxa da banca comercial. Paradoxalmente, a taxa da banca às empresas (a mais de 1 ano) explica menos de 1% das variações que ocorrem na concessão de crédito ao sector privado. Isso confirma uma suspeita generalizada: a banca angolana não é guiada pela taxa de juro no momento de conceder crédito ao sector privado. Outros factores extra mercado acabam pesando mais (ver gráfico 02).



Fonte: Elaboração própria (dados World Bank)

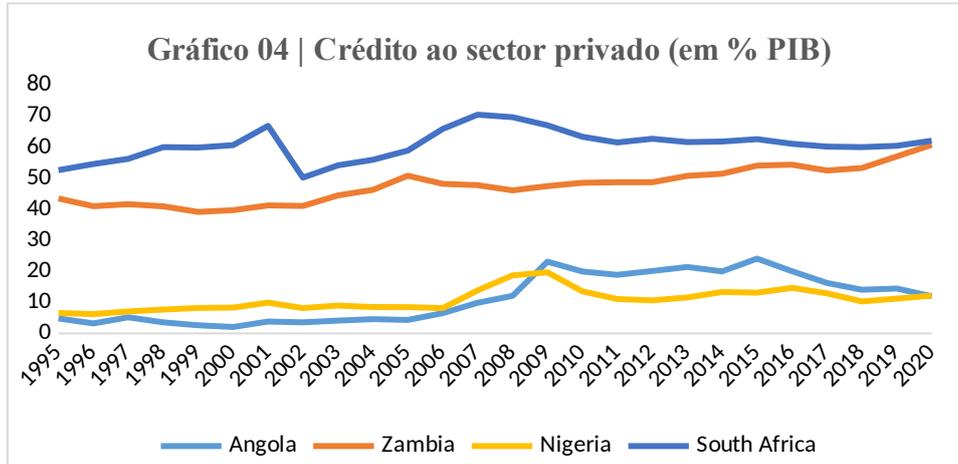
Se um dado sector de actividade é dominado por famílias de baixa renda, o acesso ao crédito é sofrido. Se tirarmos o Estado da lista dos sectores que mais crédito concentram, o comércio lidera. Não importa o quão baixa estiver a taxa de longo prazo da banca comercial, os sectores que abocanham o crédito já estão determinados à partida. Os critérios de concessão de crédito são subjetivos. O risco de actuar em um mercado como o angolano é demasiado alto, seja para a banca ou para qualquer outro empreendimento, daí que, a afinidade, a influência política e garantias soberanas pesam mais no momento de conceder crédito do que estudos de viabilidades, plano de negócio, conhecimento do sector e experiência de gestão de negócios. O relatório da campanha agrícola de 2020 dá conta que mais de 80% da produção agrícola em Angola é feita pelos camponeses e as empresas agrícolas cuidam do resto, mas estas famílias trabalham em condições precárias fruto da burocracia que não lhes permite aceder ao crédito em igualdade de circunstâncias com as empresas. Por mais que se agrupem em cooperativas (ver gráfico nº 3).



Fonte: Elaboração própria (dados BNA)

Enquanto países como a Namíbia concedem crédito ao sector privado, em média, o equivalente a 47% do seu produto interno bruto, África do sul, em média, concede 60%. Angola e Nigéria, os maiores produtores de petróleo de África, são os que menos

crédito concedem ao sector privado em relação ao PIB. Em média, Angola concede 11,2% e Nigéria, 10,8% (ver gráfico 04). Essa fraca participação da banca comercial na actividade económica explica, em parte, a pouca diversificação da economia, a pouca competitividade da economia nacional, o elevado desemprego juvenil e um ambiente de negócio pouco atrativo. A banca não vai correr riscos, tem que ser o Estado a assumir o papel de impulsor da actividade económica e a iniciativa privada fará o resto.



Fonte: Elaboração própria (dados World Bank)

Depreende-se, portanto, a necessidade de se ajustar a taxa de juro do BNA, assim como a da banca comercial aos mecanismos do mercado. Para isso, a taxa de juro deve refletir os prováveis retornos e riscos de se levar a cabo um empreendimento num país com características e vícios como o nosso. A necessidade de empreender dos agentes económicos e o ambiente de negócios – investimentos públicos que levem à redução da burocracia, a credibilidade das instituições, a segurança jurídica, o aumento da eficiência da mão-de-obra local, a redução da corrupção e a transparência nos concursos públicos, devem, necessariamente, ter um impacto na taxa juro, visto que aumentam o ganho das empresas e reduzem o período de recuperação do capital investido.

**Luanda, 13 de Fevereiro de 2023**